

Inventário e Mapeamento do Patrimônio cultural. Estudo de Caso: Região de Imigração italiana no Sul de Santa Catarina na Década de 80

Profa. Msc. Virgínia Gomes de Luca¹
Profa. Dra. Alina Gonçalves Santiago²

¹ Unesc - Curso de Arquitetura e Urbanismo
CEP 88806-000 Criciúma SC
virginiadeluca@unesc.net

² UFSC - Depto. de Arquitetura e Urbanismo
CEP 88040-970 Florianópolis SC
alina@arq.ufsc.br

Resumo: Este artigo trata da importância do inventário na análise e conhecimento do acervo cultural para o planejamento, conhecimento das potencialidades locais, das diversas manifestações culturais e dos bens de interesse de preservação do Estado. Por meio da pesquisa bibliográfica busca-se demonstrar sua importância enquanto instrumento de proteção e subsídio à definição de políticas públicas locais e regionais, uma vez que o conhecimento é o princípio da proteção. A relação do inventário com a gestão integrada do patrimônio e o planejamento do território, podem preservar a identidade e o valor patrimonial em análise e, no que diz respeito ao patrimônio edificado, controlar o processo de urbanização, com o estabelecimento de regras que integrem a gestão do patrimônio. Ao fim do trabalho é realizado um breve relato do processo de inventário ocorrido no sul do estado de Santa Catarina desenvolvido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) durante a década de 80.

Palavras chaves: inventário, patrimônio cultural

Abstract: This article deals with the importance of inventory in the analysis and cultural knowledge of the acquis in the planning, knowledge of the local potential of the various cultural events and goods of interest to preserve. Through literature search seeks to demonstrate its importance as an instrument of protection and subsidy to the definition of regional and local public policies, since knowledge is the principle of protection. The ratio of inventory to the integrated management of the heritage and planning of the territory, may preserve the identity and heritage value in analysis and, with regard to the heritage buildings, control the process of urbanization, with the establishment of rules that integrate the management of patrimony. After the work is carried out a brief story of the inventory process occurred in the southern state of Santa Catarina developed by the Fundação Catarinense de Cultura (FCC) during the 80.

Keywords: inventory, cultural heritage

1. Introdução

O primeiro documento que se tem informação a tratar da importância do inventário é a Carta do Restauro de autoria de Camilo Boito (1836 - 1914), e ressalta a necessidade de descrição e fotografias dos diferentes estágios de trabalho de restauro, ou seja, de uma documentação que registre as diversas etapas do processo. Diversos documentos nacionais e internacionais sobre a preservação de bens culturais demonstram preocupação e enfatizam a importância da documentação na preservação do patrimônio edificado, ambiental urbano e paisagístico.

Segundo AZEVEDO (1987), a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do patrimônio cultural ameaçado pelas reformas urbanas e pela idéia simplista de modernização. Nesse momento duas reivindicações complementares vieram à tona: inventariar as manifestações culturais e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras.

(...)Mecanismos de uma ação conjunta no ato de preservar, a preocupação do órgão em 'salvar os monumentos nacionais' ou bens de 'interesse excepcional' colocou o inventário a serviço do tombamento. Aquela função primeira do inventário de identificar e registrar as manifestações culturais de um povo, ou seja, conhecer para valorizar, perde a essência, constituindo-se num instrumento técnico, para apenas 'informar' sobre e 'reconhecer' aqueles valores pré-estabelecidos pela intelligentsia do Sphan, detentores do privilégio de tombamento (NOGUEIRA, 2005, pág. 250).

Para Brito et al (2000) o objetivo primeiro de todo inventário é o conhecimento, ou seja, a identificação ou tomada de consciência da existência de bens culturais em uma determinada região. O conhecimento está estreitamente ligado aos dois outros objetivos do inventário: a preservação e o estudo dos bens culturais.

2. Os Inventários na proteção do patrimônio cultural brasileiro

Datam do período colonial as primeiras datações do patrimônio cultural brasileiro. O inventário realizado por Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, dos prédios existentes em Recife e Maurícia após a expulsão dos holandeses cadastrou 290 imóveis e descreveu suas técnicas construtivas e origens: portuguesa ou holandesa. Este e outros inventários demonstram o apreço que a sociedade e as autoridades da época dispensavam a estes bens e constituem fontes fundamentais para o estudo da arquitetura colonial brasileira. Em muitos casos constituem os únicos registros de obras de arte desaparecidas.

A obrigatoriedade da inventariação dos bens culturais está presente em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país anteriores a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)¹, em 1937. É, porém, com Mário de Andrade que o problema do inventário é colocado em sua verdadeira dimensão. Ao ser encarregado, em 1936, pelo ministro Gustavo Capanema de realizar os estudos sobre a organização do Sphan, Mário de Andrade lança as bases não só legais e administrativas como teóricas da preservação do patrimônio. Por meio de sua concepção de cultura que incluía também manifestações imateriais e dinâmicas como cantos, lendas superstições, medicina popular, culinária, dança etc, foram realizadas 'viagens etnográficas' pelo país, em 1927, 1928 e 1929.

Com a criação do Sphan, a realização do inventário do patrimônio foi ressaltado por seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade como a mais importante atividade do órgão, em sua primeira fase. Em relação ao trabalho de inventário realizado no país, o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) esclarece:

(...) é o que nos esforçamos por fazer com o patrimônio no Brasil. O trabalho é penoso pela vastidão do território e pela disseminação dos bens ao longo de todos os estados. Malgrado todas as dificuldades e a complexidade do programa o SPHAN iniciou a tarefa que lhe incumbia nesse sentido logo que foi organizada a repartição em condições ainda precárias. Atacou-a a principiar dos monumentos arquitetônicos, por ser mais praticável a investigação a seu respeito. E, desde então já tem realizado obra considerável para o fim que se tem em vista, inventariando as obras de arquitetura de maior interesse desde o Pará até o Rio Grande do Sul, com exceção apenas das situadas no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás e Mato Grosso (Rodrigo e seu tempo, 1987, pág. 29).

A partir dos anos 70, a necessidade de inventários sistemáticos de bens móveis começou a ser imposta em caráter de urgência devido ao desenvolvimento do comércio de antiguidades. Iniciativas pioneiras ocorreram em algumas regionais do Iphan, entre as quais Minas Gerais e Pernambuco entretanto, não ultrapassam o estágio dos levantamentos iniciais.

1 A instituição federal encarregada da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada em 1936 (ainda em caráter experimental) com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946 passou a se chamar Departamento (Dphan) e, em 1970, se transformou em Instituto (Iphan). Com a reforma institucional ocorrida no MEC em 1979, é criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que com a criação da Secretaria de Cultura em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985 voltou a ser Secretaria, e foi extinta por decreto no governo Collor em 1990. Foi então criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994, voltou a se chamar Iphan (FONSECA, 2005, pág. 32).

Esta nova atitude preservacionista, baseada no inventário, foi introduzida no país através dos órgãos de planejamento regional e urbano, o que privilegiava o acervo arquitetônico e urbanístico. Coube a Bahia realizar nesta linha o primeiro catálogo sistemático do patrimônio construído de um estado brasileiro. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC/ BA) foi iniciado em 1973 e executado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC/ BA partiu da experiência do Inventário de Proteção do Acervo Cultural Europeu e desenvolveu uma metodologia de inventário adaptada às condições brasileiras que seria seguida, em parte, por outros estados.

Segundo AZEVEDO (1987), em Minas Gerais, o Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro realizou, também no final da década 1970, o projeto 'Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais – Circuito do Diamante', dentro da política de desenvolvimento integrado do alto Jequitinhonha. Em Pernambuco, a Prefeitura do Recife desenvolveu o Inventário dos seus monumentos e adotou medidas de proteção aos mesmos e seus entornos, publicado em 1981 sob o título 'Preservação dos Sítios Históricos'. Preocupação semelhante inspirou o convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo, que resultou na publicação 'Bens culturais Arquitetônicos do Município e na Região Metropolitana de São Paulo', de 1984.

Atualmente, em nível federal, foram desenvolvidos os seguintes instrumentos de conhecimento e pesquisa:

- (...) a. *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU: visa o levantamento e a organização do conjunto de informações que caracterizam esses sítios como bem cultural e estabelece três formas complementares de abordagem do sítio urbano. São elas: a pesquisa histórica, os levantamentos físicos arquitetônicos e entrevistas com os moradores e usuários. Esses dados podem ser recuperados individualmente, por edificação, mas objetivam, também, possibilitar a leitura conjunta dos aspectos históricos, arquitetônicos, morfológicos, sócio-econômicos e afetivos do sítio como um todo.*
- b. *Inventário de Configuração de Sítios Urbanos – INCEU: visa a avaliação e a análise configurativa dos sítios históricos urbanos e seu entorno, entre outros casos, auxiliando a interpretação de dados relativos às características morfológicas dos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagístico. São registradas e analisadas, entre outras: informações sobre o relevo do solo, águas de superfície; vegetação; malha urbana e parcelamento em quadras e lotes, os elementos de sinalização; veículos de propaganda; mobiliário urbano; elementos de engenharia urbana e, na análise específica do conjunto de planos verticais do sítio considerado, a avaliação da composição de silhuetas externas e internas da área estudada.*
- c. *Inventário dos Bens Arquitetônicos – IBA: objetiva o registro sistemático dos bens tombados individualmente pelo IPHAN. Consideram-se as informações já produzidas e existentes nos arquivos do IPHAN, assim como consulta a bibliografia pertinente, bem como eventuais levantamentos de campo para atualização das plantas. Também, levantamento do estado de conservação e preservação dos imóveis, levantamento fotográfico, usos, ambiência, etc.*
- d. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: objetiva identificar e documentar bens culturais, de natureza material e imaterial, para atender a demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade cultural dos grupos formadores da diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade e apreende os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores dos sítios tombados (Plano de Preservação - Sítio Histórico Urbano: Termo Geral de Referência, 2003, pág. 15).*

O inventário separa o reconhecimento do valor cultural da obrigação da proteção, podendo ser desenvolvido sem restrições, como um censo. Com esta massa crítica é possível dar um tratamento sistemático a várias tipologias culturais, ao invés do clássico casuísmo dispensados às coisas excepcionais. Assim concebido, o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que, ao invés de proteger apenas os bens excepcionais normalmente produzidos pelas elites, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros.

2.1 O inventário e as políticas de preservação

O inventário os bens culturais de um país, estado ou município, constitui uma atitude preservacionista, reconhecido com uma das formas de proteção do patrimônio cultural pela Constituição de 1988 em seu Artigo 216.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Coletânea de leis sobre a preservação do patrimônio, 2006, pág. 21).

Com este instrumento é possível garantir o direito que cada comunidade tem de conhecer o seu passado e a formação de sua identidade cultural. Segundo o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (1987), o inventário tem caráter essencial de registro, tendo em vista a salvaguarda dos bens, tem função de identificá-los, selecioná-los, classificá-los e cadastrá-los, como bens de preservação desejável.

O papel do inventário na integração do patrimônio deve ser entendido a partir de uma concepção do patrimônio como um conjunto de valores, como um elemento de um processo integrado na transformação do território, a que se junta um outro fator de igual importância: a educação desde os primeiros tempos de escola que possibilita a transmissão de conhecimento e, conseqüentemente, uma mudança de mentalidade gerada por esse valor acrescentado, ou seja, de recuperar o patrimônio do coração das pessoas, já que ele faz parte da nossa história e, conseqüentemente, da nossa identidade (CALADO, 2002, pág. 141).

Caracteriza-se como uma operação de cadastro das manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formais e de potencialidades naturais. É possível levantar aspectos históricos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e artísticos do bem cultural e sintetizar as informações levantadas nas pesquisas de fonte e de campo, através de textos, plantas, mapas, fotos e vídeos. Os critérios de identificação informam as características mais importantes, antigas e recentes, que identificam cada área como unidade de território. Por tratar-se de uma atividade permanente, é possível analisar as transformações e a consolidação do patrimônio material e imaterial ao longo do tempo, sendo possível priorizar os acervos relevantes e em risco de desaparecimento.

Segundo MARQUES (2002), o inventário deve se assentar em três idéias base: como ligação direta com as políticas de proteção, uma vez que é a base para o conhecimento e avaliação do patrimônio; como importante ferramenta para o planejamento do território uma vez que gera conhecimento do sítio cultural na política de gestão do patrimônio e como técnica de registro exaustivo, cujo objetivo é a constituição do conhecimento científico implicando, na maior parte dos casos, a divulgação de apenas uma parte dos arquivos reunidos. A importância do inventário com ferramenta de auxílio ao planejamento também é dada pelo Inventário Nacional de Bens Imóveis (2001):

Os inventários têm como função, por um lado constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente de seus suportes originais, por outro lado, especialmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação (pág. 9).

O trabalho de organização e atualização sistemática de uma base de dados sobre patrimônio pressupõe a consciência da realidade existente, ou seja, que ao longo dos anos foram sendo constituídas várias coletâneas de informações sobre patrimônio existentes. O conhecimento do acervo por meio de inventários e cadastros possibilita à definição de critérios de intervenção mais adequados, baseados na situação existente, nas questões relativas à volumetria, gabaritos, tipologias arquitetônicas, implantação no lote, áreas verdes e sistema viário. O inventário desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural e pode ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento.

O inventário subsidia o conhecimento de bens de interesse de preservação e fatores de degradação. Instrumentaliza ações do poder público local e das entidades civis com vistas à pesquisa (estudos temáticos), ao planejamento urbano, turístico e ambiental, à definição de áreas e diretrizes de proteção e a educação patrimonial (Diretrizes para proteção do patrimônio cultural, 2006, pág. 18)

Inventariar é levar a público o conhecimento dos exemplares de valor cultural (material ou imaterial) de uma comunidade para as gerações presentes e futuras. A participação da população local é de fundamental importância para a preservação e salvaguarda dos bens portadores de qualidades que merecem especial atenção para a manutenção da identidade e do valor patrimonial da comunidade no qual estão inseridos.

3. A preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a preservação da herança cultural mereceu atenção do Poder Público Federal, em 1938, logo após a criação da Sphan por meio do tombamento de parte dos fortes militares que representavam o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina e da proteção de outros bens em Laguna, Joinville e Florianópolis. Mais tarde, foram efetivados os tombamentos nacionais dos centros históricos de Laguna, em 1985 e São Francisco do Sul, em 1987.

Com a criação do Ministério da Cultura e da Fundação Nacional pró- Memória (FNpM) configurou-se um novo enfoque para o objeto da preservação. A partir desse momento a importância do patrimônio cultural brasileiro que até então estava voltado para a herança do elemento português, foi ampliado para outros participantes da história nacional – os imigrantes que para cá vieram no séc. XIX, e que nos estados do sul tiveram grande destaque.

Santa Catarina não possui igrejas, teatros e edifícios públicos imponentes ou ricamente decorados, característicos do barroco, neoclássico ou do eclético vivenciado por outros estados que passaram, em dado momento, pelo apogeu econômico dos vários ciclos que o Brasil atravessou. Santa Catarina, ao contrário, foi ocupada por colonos europeus e por guarnições militares, com o único objetivo de assegurar a posse da terra, estratégica então. O resultado, aparentemente pobre em termos patrimoniais, tem se revelado ser um valiosíssimo legado cultural não monumental, original e único, que vem sendo melhor estudado e tratado através de vários projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente a nível municipal, estadual e federal em Santa Catarina. A Sphan/próMemória, através da 10ª Diretoria Regional, tem intensificado sua atuação no estado, com apoio da Fundação Catarinense de Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições, restaurando duas fortalezas próximas a Florianópolis, peças de grande significado histórico que remontam ao conflito com a Espanha; e realizando um cadastramento piloto dos extensos bens arquitetônicos culturais resultantes das imigrações italiana e alemã, que foram a base da ocupação e da formação do Estado, em todos os sentidos. (Revista Sphan/ pró Memória n°26, 1983, pág. 7).

Com a criação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 1979, foi proposto um projeto chamado 'Inventário das Correntes Migratórias'. Iniciado em 1983 e concluído em 1984, o projeto promoveu o cadastramento de edificações de importância no contexto das várias etnias que compõem o panorama cultural catarinense: povoamento açoriano (Laguna e São Francisco do Sul), colonização alemã (Joinville e São Bento do Sul) e italiana (Urussanga e Nova Veneza). Nessas cidades com maior destaque na arquitetura européia, foram tombados já no início dos anos 90, aproximadamente 200 imóveis tanto no meio urbano quanto rural, e são documentos vivos da história da colonização e cultura do estado de Santa Catarina.

A FCC, através da Unidade de Patrimônio Cultural, voltou sua atenção para a preservação do patrimônio edificado, com ênfase no interior do estado, até então destituído de estruturas para responder mais diretamente essa preocupação. Iniciou-se uma proposta pioneira com o 'Projeto do Inventário das Correntes Migratórias', resgatando, além da luso-brasileira, também as culturas alemã e

italiana, que se estruturaram respectivamente no norte e sul do estado. A partir da elaboração dos inventários foram tombados, em âmbito federal, os centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul, inserindo-se entre as primeiras iniciativas do gênero no estado. (ADAMS, 2002, pág. 61).

O levantamento do projeto 'Inventário das Correntes Migratórias' consistiu na aplicação de um formulário de campo aplicado por uma equipe composta por estudantes de Arquitetura, História, funcionários de Prefeituras e técnicos da FCC e FNpM no qual, além do levantamento arquitetônico e cronologia da edificação, contou com comentários sobre utensílios domésticos, ornamentos, mobiliários, comidas e roupas típicas, festas, artesanatos e folclore, como demonstram as figuras abaixo.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
FICHA TÉCNICA BÁSICA

DENOMINAÇÃO
CONSTITUCIONAL, SOFRENHA

LOCALIZAÇÃO
Rua Manoel de Almeida, 101 (ao lado da Igreja)
CURUPA, 30

FONTES DE ESTUDO (BIBLIOGRAFIA/ARQUIVO)

Figura 1 : Ficha Técnica 'Inventário das Correntes Migratórias' – Denominação, localização e fontes de estudo (bibliografia/ arquivo).
Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

DADOS TÉCNICOS
descrição da técnica construtiva na edificação

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS
descrição do entorno, insulares das interações ruínas

CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES
descrição das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, iluminação e ventilação natural

Figura 2 : Ficha Técnica 'Inventário das Correntes Migratórias' – Dados Técnicos, Características ambientais e Característica das instalações.
Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

DADOS TIPOLOGICOS	DADOS CRONOLOGICOS
<p>Descrição de uso do edifício, construção, período arquitetônico, nº de pavimentos, largura, altura, revestimento externo, etc.</p> <p>Características físicas, geométricas, materiais, etc.</p> <p>Estado de conservação, etc.</p>	<p>Referência à época de construção, período, etc.</p> <p>Informações sobre o imóvel, etc.</p>

Figura 3 : Ficha Técnica 'Inventário das Correntes Migratórias' – Dados Tipológicos e Dados cronológicos.
 Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
<p>Estado de conservação, etc.</p> <p>Observações, etc.</p>	<p>Informações complementares, etc.</p>
<p>RESERVADO</p> <p>DATA</p>	<p>DATA</p>

Figura 4 : Ficha Técnica 'Inventário das Correntes Migratórias' – Dados de conservação, Informações complementares e Pesquisador.
 Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

Ainda em meados de 1983, o estado de Santa Catarina foi atingido por catastróficas enchentes, inundando uma grande área do norte catarinense, principalmente os vales dos rios onde os primeiros imigrantes alemães se estabeleceram. Para avaliar a extensão dos danos e impactos sobre o patrimônio cultural atingido, foi proposto o 'Inventário de Emergência' em 43 municípios (Figura 5). O trabalho foi realizado em parceria entre a 10ª Diretoria Regional da SPHAN/ FNpM, que financiou o trabalho, a FCC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O cadastramento emergencial contava com o preenchimento de uma sucinta ficha onde constavam dados relativos à localização (com croqui a mão livre), proprietário, uso e estado de conservação, além do levantamento fotográfico (SIMON, 2000, pág. 21).

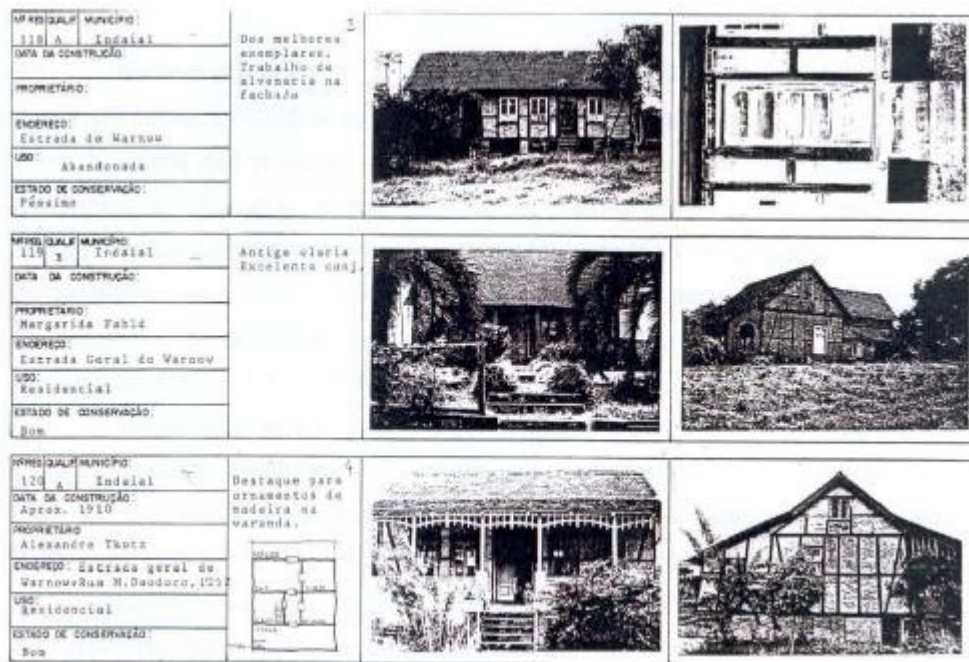


Figura 5 : Inventário de Emergência, modelos de fichas compiladas no volume final.
 Fonte: 11ª Superintendência Regional do IPHAN/ SC.

A identificação do legado construído identificado por meio do inventário resultou no mapeamento das edificações de interesse na região de imigração italiana. A FCC e a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR) identificaram cinco roteiros na região sul do Estado, que espelham o processo histórico de ocupação da região pelos imigrantes a partir da segunda metade do século XIX (Figura 6). As unidades identificadas nos vários caminhos foram marcadas em graus de importância de acordo com o contexto regional, local ou apenas de composição.



Figura 6 : Mapeamento realizado na região sul do estado e inventário das edificações.
 Fonte: Roteiros Culturais Sul, mimeo, sem data.

Todos os caminhos chegam a Urussanga, o centro de referência da cultura italiana na região e também onde se observa o núcleo urbano mais integrado, além de um importante acervo arquitetônico da imigração no meio rural.

A proposta do Projeto Roteiros Culturais Sul, estabelecidos pela FCC/ SANTUR (Figura 7):

ROTEIRO 1 – Tubarão - Urussanga via Pedras Grandes

ROTEIRO 2 – Urussanga urbano/ rural

ROTEIRO 3 – Tubarão via Urussanga

ROTEIRO 4 – Urussanga – Criciúma – Nova Veneza

ROTEIRO 5 – Tubarão – Urussanga via Gravatal e Orleães



Figura 7 : Folder do Projeto Roteiros Roteiros Culturais Sul.

Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

A FCC, em seus trabalhos na região de imigração italiana no sul do estado, realizou também o reconhecimento da região próxima ao Museu ao Ar Livre em Orleães com prolongamentos em São Ludgero, Pedras Grandes, Lauro Müller e Urussanga (Figura 8). Seu objetivo era 'garantir a produção das características culturais, através de divulgação, comercialização e apoio aos produtores'. (VIEIRA FILHO, 1984)



Figura 8 : Mapeamento das edificações de interesse e unidades de produção realizado na região de Orleães.

Fonte: VIEIRA FILHO, 1984.

Os trabalhos de pesquisa nas áreas de imigração no estado continuaram até o desmonte provocado no IPHAN e na área governamental no início do governo de Fernando Collor de Mello. Alguns anos se passaram até que projetos e ações pudessem ser retomados, embora não tenham sido completamente paralisados.

Sendo assim, somente depois de 2002 o objetivo da implantação do Projeto Roteiros da Imigração e a proposição de uma série de tombamentos nacionais foram retomados como prioridade, trabalho que vem sendo desenvolvido pela 11ª Superintendência Regional do IPHAN/ SC, em parceria com a FCC e prefeituras municipais.

4. Considerações finais

O artigo procurou relatar de forma breve a importância do inventário para a documentação e proteção do patrimônio cultural brasileiro. A valorização e reconhecimento do patrimônio da imigração existente no estado de Santa Catarina vai ao encontro da própria evolução do conceito de patrimônio cultural brasileiro, que inicialmente considerava os monumentos representativos do período colonial como exemplares

característicos da cultura brasileira.

Em Santa Catarina, nos últimos vinte anos, o interesse pela preservação dos conjuntos históricos da imigração européia tem crescido constantemente desde os anos de 1981, quando foram iniciados os estudos sobre o patrimônio dos imigrantes.

Por meio do inventário e mapeamento deste patrimônio é possível conservar a herança cultural dos imigrantes da região sul do estado e torna mais provável a salvaguarda deste patrimônio construído de grande importância no contexto nacional.

5. Referências Bibliográficas

Adams, B. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história; patrimônio de Florianópolis*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 191p.

Azevedo, P. O. *Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IBPC, 1987, n. 22, p. 82 -85.

Brito, S. R. S.; Ribeiro, O. G.; Bogéa K. S. e Ribeiro, E. S. *Inventário Nacional de Bens móveis e Integrados: A experiência do Maranhão*. São Luis: IPHAN/ 3ª SR, 2000. 78p.

Calado, L. F. *Política de inventário do patrimônio edificado*. In: Patrimônio edificado: novas tecnologias, inventários. Lisboa: Angra do Heroísmo, 2002. 272p.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 5 de outubro de 1988. In: Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p. p. 15 -21.

Diretrizes para Proteção do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/ IEPHA - MG, junho 2006. Disponível em http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4&Itemid=144. Acesso em: 18 mar. 2007.

Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão de São Francisco . IPAC/ PE. Pernambuco: Líder Gráfica Editora, 1987. 282 p.

Inventário Nacional de Bens Imóveis/ Sítios Urbanos Tombados - INBI/SU 2001, Manual de Preenchimento. Departamento de Identificação e Documentação, IPHAN: 2001. 179p.

Marques, T. *Inventário do patrimônio cultural: a política da necessidade e a necessidade de política*. In: Patrimônio edificado: novas tecnologias, inventários. Lisboa: Angra do Heroísmo, 2002. 272p.

Nogueira, A. G. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005. 336p.

Plano de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos: Termo Geral de Referência. IPHAN – MinC, Brasília, 2003. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=52F259CE1F6AD627BE066CCDD5F61E4D?id=627>. Acesso em 22 ago. 2005.

Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Simon, L M.; Universidade Federal de Santa Catarina. *Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do cadastro técnico multifinalitário e da fotogrametria digital. Estudo de caso: Laguna*. Florianópolis, 2000. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

SPHAN. *Revista Sphan/ Pró Memória*. Brasília: MEC/SPHAN/PróMemória. v. 26. 1983.

Vieria Filho, D. *Mapeamento Cultural – Região Sul de Santa Catarina*. Escritório Técnico da 10ª Diretoria Regional Sphan/ Pró-Memória. Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura: mimeo, 1984.